ARTIGO

CONSTITUIÇÃO ROMANA E HISTORIOGRAFIA EM POLÍBIO

CONSTITUCIÓN ROMANA E HISTORIOGRAFÍA EN POLIBIO

ROMAN CONSTITUTION AND HISTORIOGRAPHY IN POLYBIUS

Daiana Junqueira Moreira¹

RESUMO:

Este artigo aborda a construção teórico-metodológica idealizada por Políbio, o historiador grego, em sua obra "Histórias" (Historiae), originalmente composta por 40 volumes, dos quais apenas alguns exemplares chegaram à atualidade. A intenção é avaliar as contribuições desse autor ao propor uma historiografia de viés pragmático e científico, com foco em sua análise da constituição romana. O objetivo é compreender a construção argumentativa do autor para explicar o sucesso de Roma durante sua expansão territorial, que culminou na transição da República para o Império Romano unificado. Nessa empreitada, interessa-nos evidenciar os princípios da investigação histórica e apresentar as teorias das formas de governo presentes na obra construída por Políbio.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição romana. Formas de governo. História cíclica.

RESUMEN:

Este artículo aborda la construcción teórico-metodológica ideada por Polibio, el historiador griego, en su obra "Historias" (Historiae), originalmente compuesta por 40 volúmenes, de los cuales solo algunos ejemplares han llegado hasta la actualidad. La intención es evaluar las contribuciones de este autor al proponer una historiografía de

¹ Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (2020; 2021). Possui especialização em Docência e Prática de Ensino em História (2022) e Educação Especial e Inclusiva (2022). Pós-graduada em Práticas Pedagógicas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelo Instituto Federal do Espírito Santo (2023). Tem experiência nas áreas de pesquisa em História Agrária, Regional e Ensino de História, atuando nos seguintes temas: História do trabalho rural; Movimentos sociais no campo; Educação e Currículo. Email: daiana.moreira.209@gmail.com . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1197261333651167>

enfoque pragmático y científico, centrándose en su análisis de la constitución romana. El objetivo es comprender la construcción argumentativa del autor para explicar el éxito de Roma durante su expansión territorial, que culminó en la transición de la República al Imperio Romano unificado. En esta empresa, nos interesa destacar los principios de la investigación histórica y presentar las teorías de las formas de gobierno presentes en la obra construida por Polibio.

PALABRAS CLAVE: Constitución romana. Formas de gobierno. Historia cíclica.

ABSTRACT:

This article addresses the theoretical-methodological framework conceived by Polybius, the Greek historian, in his work "Histories" (Historiae), originally composed of 40 volumes, of which only a few copies have survived to the present day. The intention is to assess the contributions of this author in proposing a historiography with a pragmatic and scientific bias, with a focus on his analysis of the roman constitution. The objective is to comprehend the author's argumentative construction to explain the success of Rome during its territorial expansion, ultimately leading to the transition from the Republic to the unified Roman Empire. In this endeavor, we are interested in highlighting the principles of historical research and presenting the theories of forms of government found in the work crafted by Polybius.

KEYWORDS: Roman Constitution. Forms of government. Cyclical history.

1 – INTRODUÇÃO

Ao escrever suas *Histórias*, Políbio (203 a.C. – 120 a.C.) parte do pressuposto de que o historiador inicia o trabalho investigativo a partir de uma questão central que levará à definição do objeto de pesquisa, fontes e metodologia de análise. Logo, a formulação das hipóteses da pesquisa tem origem em indagações iniciais que darão origem a um problema central que guiará o trabalho do historiador. Políbio baseia sua investigação em fontes documentais oficiais, realizando uma triagem e análise sólida dos vestígios históricos. Diferentemente dos historiadores Heródoto e Tucídides que consideravam como fonte de verdade aquilo que fora visto e ouvido, Políbio priorizava a utilização de fontes documentais para assegurar a veracidade de sua argumentação.

Além da utilização de fontes oficiais romanas, Políbio também realizava o levantamento bibliográfico, fazendo uso de autores pretéritos ao seu tempo histórico.

Ao criticar tais obras, como por exemplo os escritos de Fábio Pictor e Filino, autores responsáveis por introduzir o gênero histórico em Roma, sua crítica afirmava que os autores supracitados falharam em seu dever, uma vez que não foram imparciais, deixando-se influenciar por questões pessoais, por fim, ocultando a verdade, portanto injustos.

Filino e Fábio Pictor teriam se dedicado a reproduzir, ornar e censurar, perdendo-se em explicações desconexas. Políbio, ao contrário, teria penetrado o subsolo do real até atingir a verdade que as ações evidenciam, desencavando-lhes as motivações imperceptíveis ao olhar desinteressado e as reconstruindo com base em sua própria experiência de ex-combatente. (SEBASTIANI, 2017, p. 124.)

Diante disso, é feita uma crítica à história em fragmentos desconexos, uma vez que não haveria coesão com a totalidade dos fenômenos históricos. Grosso Modo, o autor propõe a elaboração de uma história universal com viés conjuntural e exatidão nas narrativas.

As histórias parciais, portanto, contribuem muito pouco para o conhecimento do todo e para formar uma convicção quanto à sua veracidade; somente pelo estudo de todas as particularidades, semelhanças e diferenças ficamos capacitados a fazer uma apreciação geral, e assim tirar ao mesmo tempo proveito e prazer da história. (POLÍBIOS, 1985, p. 44).

Ao analisar o livro VI da obra Polibiana, é possível notar que o principal objetivo do autor se refere à análise do contexto histórico e os fatores que levaram Roma a se tornar a conquistadora de toda a península Itálica, Norte da África e grande parte da Grécia em apenas 53 anos de existência, detendo a hegemonia de um vasto Império. O presente trabalho visa uma exposição dos principais argumentos de Políbio para demonstrar a formação, expansão e acúmulo do poderio romano durante a República. Entretanto, propõe-se também a explicação de alguns aspectos metodológicos, lapsos e romantizações do autor, bem como a exposição de críticas as suas obras propostas por autores contemporâneos.

2 – A CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA NA OBRA POLIBIANA

Políbio desenvolve sua narrativa propondo um retorno ao passado distante, proposição que revoluciona o âmbito das análises históricas na época em que o autor

desenvolve sua escrita. Dessa forma, o autor efetua uma análise de um período temporal mais abrangente, propondo assim uma narrativa histórica de caráter totalizante, característica ausente em trabalhos anteriores que se limitavam a relatar acontecimentos do presente imediato.

Após a queda do Rei Lúcio Tarquínio, famoso Tirano que governou Roma até 509 a.C., há a instauração da República Romana (509 a.C. até 27 a.C.), forma de governo existente no momento da expansão política, militar e territorial de Roma. Assim, o historiador Políbio busca explicar quais fatores permitiram a ascensão da República Romana e a expansão em busca de novos territórios. Dessa forma, o propósito reside em investigar como, durante o período de expansão romana, praticamente todo o mundo habitado à época cedeu ao domínio de uma única potência, sobretudo em um lapso temporal de apenas 53 anos. Esse fenômeno culminou na unificação dos territórios conquistados, precipitando, como resultado, a formação do vasto Império Romano. Políbio sustenta que esse desdobramento deve-se, primordialmente, à configuração única da estrutura política e a singularidade da constituição romana do período estudado. Tal estrutura desempenhou um papel crucial na condução de um processo histórico que permitiu a Roma superar a ameaça e a quase derrota para o conquistador Aníbal na batalha de Canas (Segunda Guerra Púnica).

O autor emprega o método comparativo com o propósito de traçar um panorama comparativo entre as constituições pré-existentes em relação à romana, identificando o elemento distintivo desta última que embasa sua argumentação sobre a superioridade desta civilização. Nesse contexto, a narrativa histórica delineada por Políbio exhibe traços cíclicos, uma vez que, ao analisar as constituições, também se empenha na investigação dos fenômenos que conduzem ao declínio das instituições políticas. Essa abordagem contempla uma discussão abrangente dos fatores que englobam a formação, a ascensão, a expansão e, inevitavelmente, o declínio das civilizações.

2.1 – Metodologia em Políbio

O historiador Políbio, de ascendência grega, encontrava-se exilado durante o período de expansão territorial romana. Nesse contexto, se propõe a escrever a

história dessa potência em ascensão pelo Mediterrâneo, buscando criar uma narrativa universal e totalizante, baseada em métodos comparativos e racionais.

[...] Políbio (203 a.C.-120 a.C.), um grego que combateu contra Roma durante a Terceira Guerra Macedônica; tendo sido feito prisioneiro, Políbio foi um dos reféns enviados para Roma, em 167 a. C.; aqui, tornou-se íntimo de Cipião Emiliano, que acompanhou nas campanhas de África, da Hispânia e do Mediterrâneo Ocidental. A “Historia” de Políbio, de que sobreviveu apenas uma parte (até a batalha de Canas, em 216 a. C., com alguns fragmentos posteriores) visa explicar ao público de língua grega como é que Roma tinha conseguido dominar o Mediterrâneo; para escrever esta obra, bastante sóbria e analítica, o autor, que nutria grande admiração pelo povo romano, serviu-se de documentação variada [...]. (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2015. p. 146).

Desta feita, a narrativa elaborada por Políbio distingue-se pela ausência de elementos míticos e pela minimização do uso de retórica excessiva, medida adotada para preservar a veracidade histórica de sua obra. Além disso, o autor recorre à utilização de diversas narrativas do passado como fundamentação para seus argumentos, evitando a exploração de genealogias que remontassem, de maneira excessiva, à História da fundação da cidade de Roma. Em contraste, no que tange à obra *Da República* de Marco Túlio Cícero (54 a.C.-51 a.C.), nota-se que, diferentemente de Políbio, o autor não contempla a retomada dessas narrativas do passado para embasar seus argumentos, uma vez que não percebe a necessidade de uma incursão excessiva ao passado para a reconstrução da História.

Utilizando os acontecimentos históricos passados como um componente fundamental para a compreensão da ascensão de Roma e sua expansão territorial, Políbio tece críticas em relação aos historiadores anteriores ao seu tempo histórico. Esses historiadores, segundo Políbio, incorriam no vício de não aderir à imparcialidade que é intrínseca ao ofício do historiador, frequentemente distorcendo a verdade subjacente ao trabalho historiográfico. Esse desvio se manifestava através da tendência desses historiadores em destacar e enaltecer os governos em suas narrativas, promovendo interesses pessoais em detrimento da adoção de uma abordagem imparcial e objetiva.

Assim, é perceptível o comprometimento de Políbio em expressar a “verdade” dos fatos históricos. Partindo dessa assertiva, sabe-se, atualmente, que o ofício do historiador não possui total imparcialidade e objetividade. Segundo Marc Bloch, o historiador, enquanto produto de seu próprio período histórico, está permeado por influências sociais, culturais, econômicas e políticas que constantemente afetam seu

trabalho e, por conseguinte, se refletem na produção historiográfica. A História, enquanto disciplina científica, busca alcançar um conhecimento que se aproxime ao máximo da realidade dos fatos, mesmo que o historiador conserve sua subjetividade. (BLOCH, 2001, p. 51-54).

Ao considerar o contexto social em que Políbio esteve inserido, é imperativo não condenar suas idealizações. Ao situá-lo em seu tempo histórico, torna-se evidente que o autor desempenhou um papel revolucionário no campo da teoria da história, sobretudo ao introduzir a ideia de distanciamento entre o historiador e seu objeto de análise, bem como ao estabelecer uma relação direta entre fatos históricos e a veracidade das narrativas históricas.

Ao examinar as causas políticas que levaram à rápida expansão de Roma, que conquistou a península Itálica, o Norte da África e grande parte da Grécia em um período de apenas 53 anos (220 a.C.-167 a.C.), o autor baseou sua investigação em duas hipóteses fundamentais. A primeira diz respeito à constituição política de Roma, que incorporava elementos da Monarquia, Aristocracia e Democracia. Diante disso, o segundo argumento aborda a natureza cíclica dos fenômenos históricos. Por conseguinte, vale ressaltar que, após a queda da Monarquia e o início do processo de estabelecimento da República Romana em 509 a.C., tanto as questões políticas quanto as militares passaram por um processo de reconfiguração e desenvolvimento. Então, o processo expansionista não se limitou estritamente à aquisição de territórios, mas também demandou uma reformulação das bases políticas e sociais de Roma.

Apresentaremos, a seguir, um breve panorama das instituições romanas analisadas por Políbio no Livro VI (POLÍBIOS, 1985, p. 334-335). Em Roma, durante a República, o poder interno fora distribuído entre o Consulado, o Senado e o Tribunato da Plebe, de acordo com o autor, essas estruturas proporcionariam um equilíbrio e harmonia social. No entanto, esse argumento é passível de críticas, uma vez que cada uma dessas instituições derivam de formas institucionais distintas, o que sugere que conflitos de interesses internos eventualmente emergiriam.

O Consulado, por sua vez, detinha a responsabilidade de gerenciar todos os preparativos requeridos para a guerra, incluindo o recrutamento e seleção de soldados. Além disso, detinha autorização para alocar recursos em quaisquer assuntos considerados essenciais, bem como exercer autoridade sobre propostas e medidas submetidas à deliberação popular. Em sequência, o Senado detinha a responsabilidade de controlar o tesouro público, uma vez que exercia autoridade

sobre a receita e as despesas de Roma. Além disso, desempenhava um papel significativo nas investigações de crimes públicos, especialmente em casos de assassinato, conspiração, traição, e na decisão pela absolvição ou punição de cidadãos romanos, cidades sob domínio de Roma e nações aliadas. Por outro lado, o povo, representado pelo Tribuno da Plebe, tinha a função de julgar crimes, aplicar multas e impor a pena de morte para infrações de maior gravidade. Além disso, o Tribuno da Plebe possuía autoridade na elaboração de leis e tomava decisões cruciais, como a determinação da paz ou da guerra em futuros conflitos. A divisão de poder entre essas instituições foi concebida para impedir que qualquer uma delas crescesse demasiado e suprimisse as demais, assegurando, desse modo, um equilíbrio de poder.

[...] nenhum deles predomina sobre os outros nem pode desprezá-los. Tudo continua em seu lugar porque qualquer intento agressivo é seguramente contido, e desde o início cada parte está prevenida contra a interferência da outra. (POLÍBIOS, 1985, p. 338).

Políbio sustentava a tese de que a constituição desempenhava um papel crucial no crescimento do poder romano. No entanto, de acordo com a análise de Breno Battistin Sebastiani (2005), a narrativa construída por Políbio desconsiderava aspectos silenciados nesse jogo de poder, deixando de reconhecer o influente poder político que a *nobilitas* detinha sobre as demais instituições e sua influência sobre o acesso às magistraturas e ao Senado durante a República Romana.

A teoria de Políbio é questionável exatamente porque, de fato, a *nobilitas*, o restrito círculo de indivíduos que quase hereditariamente controla o acesso às magistraturas e as decisões do Senado durante a República, mantinha o poder político-militar em suas mãos, transformando a participação popular em instrumento de legitimação de suas decisões. (SEBASTIANI, 2005, p. 204).

Diante dessa crítica, torna-se evidente que outros historiadores também questionavam a noção de funcionalidade das instituições romanas, como, por exemplo, o Tribunato da Plebe. Iniciando sua argumentação com uma crítica a Platão, Políbio utiliza os conceitos de *zonas de declínio* e *ascensão de cidades* para entender a trajetória de sucesso do expansionismo romano. O autor demarca essas zonas e estabelece um projeto teórico estruturado em três fases distintas: início, meio e fim, portando, consolidando sua teoria dos ciclos. A teoria dos ciclos presente na obra Polibiana representava diferentes estágios no processo de desenvolvimento das

civilizações ao longo da História, compreendendo as seguintes etapas: Monarquia, Tirania, Aristocracia, Oligarquia, Democracia e Oclocracia. O ciclo polibiano evoluiu por meio da alternância entre constituições consideradas boas e más. Ao introduzir esse modelo teórico em sua construção argumentativa, o autor desenvolve sua segunda hipótese. Ele argumenta que, de maneira similar as cidades do passado, Roma tenderia a experimentar um declínio e uma eventual queda, apesar de sua constituição avançada. Logo, o autor postula que seria substituída por outra cidade que fosse militar e economicamente superior, eventualmente emergindo como o polo dominante no mundo conhecido e exercendo controle sobre as cidades periféricas circundantes.

3 – FORMAS DE GOVERNO

No que diz respeito às formas de governo abordadas na obra de Políbio, podemos identificar seis categorias iniciais que servirão de base para sua construção argumentativa. Entre essas categorias, destaca-se, inicialmente, a Monarquia, na qual se presume que um único governante seria capaz de administrar a cidade. Entretanto, essa forma de governo tende a se deteriorar e transformar-se em Tirania quando os interesses da população são negligenciados. A Monarquia, nesse processo, perde seus princípios originais. É importante salientar que o fator de hereditariedade desempenha um papel relevante nesse processo de degeneração do sistema monárquico, sobretudo quando as funções do governante passam a ser atribuídas como direitos naturais dos descendentes do monarca.

[...] quando passaram a receber as funções por sucessão hereditária e viram a sua segurança garantida, e já dispunham de meios de subsistência mais do que suficientes, os reis cederam aos seus apetites por causa dessa superabundância e foram levados a pensar que os governantes devem distinguir-se de seus súditos [...]. (POLÍBIOS, 1985, p. 329-330).

A segunda forma de governo trata-se da Aristocracia, categoria em que um grupo de poucos indivíduos exerce o poder, tende, com o tempo, a se deturpar em função dos interesses pessoais e oposição ao “Bem comum” da população, tornando-se Oligarquia.

A última categoria de governo é a Democracia, concebida como um sistema de governo "pelo povo e para o povo", administrado por um grande número de cidadãos. No entanto, sua degeneração pode transformá-la em uma Oclocracia, um estado em

que a promoção do bem comum deixa de ser o princípio orientador central. Nesse estágio, cada indivíduo volta-se para uma competição exacerbada, às vezes beirando a selvageria e a desobediência civil.

Essas variações iniciais também apresentam uma contrapartida, uma vez que, devido à natureza cíclica, outras variantes podem ocorrer. Por exemplo, a Tirania pode declinar devido a revoltas populares e à ascensão ao poder de homens virtuosos que reconfiguram o governo, tornando-se Aristocracia. “O povo, descobrindo esses paladinos, uniu-se a eles contra as forças dominantes pelas razões supramencionadas, a monarquia e a autocracia foram completamente abolidas, e em seu lugar a aristocracia começou a crescer” (POLÍBIOS, 1985, p. 330). A Oligarquia também pode tornar-se Democracia, quando o levante popular forçar os governantes a abdicarem o poder. A Democracia também pode se alterar quando as aspirações ambiciosas sobrepõe a busca pelo bem comum.

[...] o povo, acostumado a devorar os bens alheios e a depender para a sua subsistência da propriedade de seus vizinhos, encontrando um paladino ambicioso e ousado, mas excluído das funções de governo por sua falta de recursos, institui o império da violência, unindo então suas forças o povo agora massacra, exila e saqueia, até regredir para a animalidade total e achar novamente um senhor e autocrata.(POLÍBIOS, 1985, p. 331).

De acordo com o ciclo Polibiano, a degeneração dessas formas de governo seria inevitável. “[...] cada constituição sofre de um mal congênito e inseparável de si mesma [...], e como foi dito há pouco é impossível que cada um desses tipos de constituição não tenda com o tempo a converter-se na sua forma degenerada” (POLÍBIOS, 1985, p. 332). Assim, uma exceção a essa regra se faz presente; embora todas as formas de governo estejam sujeitas a flutuações e degradações com base em uma única constituição, quando há uma combinação de sistemas governamentais, a estabilidade pode ser maximizada e prolongada. Entretanto, é inevitável que, em algum momento, chegue ao seu término. “Especialmente no caso do Estado romano esse método nos capacitará a chegar a um conhecimento de sua formação, crescimento e perfeição máxima, e igualmente da mudança para pior que certamente ocorrerá um dia” (POLÍBIOS, 1985, p. 332).

Diferentemente da perspectiva de Aristóteles, que propõe a combinação de elementos positivos e negativos das diferentes formas de governo, de modo a compensar suas deficiências, Políbio advoga a integração das três formas "boas" de

governo. Seu principal objetivo é a estabilidade e o equilíbrio do poder dentro da cidade. Portanto, um governo que seja capaz de incorporar elementos da Monarquia, da Aristocracia e da Democracia pode alcançar um equilíbrio interno. Nesse contexto, a Constituição Mista possibilitou a Roma expandir sua influência sobre outras cidades e unificar um vasto império. Logo, a constituição romana revelou-se flexível e adaptativa, permitindo-lhe responder de maneira eficaz às mudanças e desafios ao longo de sua História.

[...] Estado, prudentemente composto da mescla e equilíbrio de todas as ordens, concorda com a reunião dos elementos distintos; e o que no canto é chamado pelos músicos de harmonia é, no Estado, a concórdia, a paz, a união, vínculo sem o qual a República não permanece incólume, do mesmo modo que nenhum pacto pode existir sem a justiça. (CÍCERO, 1985, p. 337).

A constituição romana, devido à sua natureza prática e adaptativa, demonstrou flexibilidade para se ajustar às mudanças necessárias ao longo do tempo “[...] é o processo de Imperialismo do período que obriga o Estado a redimensionar sua capacidade de administrá-lo, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento paulatino dessas reformas contribui para alentar projetos imperialistas.”(SEBASTIANI, 2005, p. 207). Por meio de sucessos e fracassos em conflitos militares, a ênfase é colocada na manutenção do equilíbrio dentro da República, seguindo uma abordagem de realismo político que influencia as decisões internas do governo.

Pode-se comparar as formas de governo presente na obra de Políbio com os três modelos apresentados por Marco Túlio Cícero em *Da República* (51 a.C.). Primeiramente, considera-se a Monarquia, na qual o poder está centralizado nas mãos de um único indivíduo, o Rei, pressupondo que ele seja uma figura inteligente e capaz de governar de acordo com os princípios fundadores do Estado ao garantir a manutenção do equilíbrio dentro da cidade. A segunda forma de governo é a Aristocracia, na qual a autoridade é atribuída a indivíduos selecionados pelo povo, geralmente devido à sua competência em questões políticas e militares. Por último, semelhante à visão de Políbio, temos a Democracia, um sistema governamental no qual os cidadãos desempenham um papel central, baseado em leis que promovam princípios de igualdade entre todos os habitantes. Todas essas formas de governo podem ser consideradas eficazes, desde que mantenham a estabilidade e os princípios que fundamentaram a cidade desde o início, priorizando a justiça e o bem

comum. Na verdade, todas as três formas possuem falhas e podem se deturpar, segundo o próprio Cícero:

Mas, na monarquia, a generalidade dos cidadãos toma pouca parte no direito comum e nos negócios públicos; sob a dominação aristocrática, a multidão goza de muito pouca liberdade, pois está privada de participar nas deliberações e no poder; por último, quando o povo assume o poder, mesmo supondo-o sábio e moderado, a própria igualdade se torna injusta desigualdade, porque não há gradação que distinga o verdadeiro mérito.(CÍCERO, 1985, p. 302).

Nesse contexto, a Monarquia corre o risco de se degenerar em uma forma de governo conhecida como Tirania, a Aristocracia pode ser subvertida por facções internas e se transformar em uma Oligarquia, enquanto a Democracia pode experimentar um excesso de liberdade que pode levar a tumultos e revoltas constantes, resultando em uma forma disfuncional de governo, desprovida de um poder centralizado. Em resumo, Cícero não defende nenhum dos modelos supracitados. A solução seria a construção de uma quarta constituição que unisse aspectos das três primeiras, criando um governo misto. “Por minha parte, creio que a melhor forma política é uma quarta constituição formada da mescla e reunião das três primeiras”. (CÍCERO, 1985, p. 303).

Cícero identifica a existência de apenas três formas de governo, ao contrário de Políbio, que reconhece seis formas distintas. Todas elas apresentam tanto qualidades benéficas quanto aspectos desfavoráveis intrínsecos a sua formação. Dessa forma, o autor utiliza o melhor das três, sendo um governo Misto composto de Tribuno da Plebe derivada da Democracia, Senado que deriva da Aristocracia e, por fim, a Magistratura que provém da Monarquia. Este governo misto se associa a *Virtú* e ao governo das leis, elemento central para se chegar ao equilíbrio dentro da República.

É importante destacar que os escritos de Cícero divergem da teoria dos ciclos de Políbio. Cícero produziu suas obras em um período em que a República Romana estava enfrentando uma desintegração gradual. Portanto, chama atenção o fato de que ele tenha abordado a continuidade e eficácia desses modelos precisamente durante uma crise em Roma. Uma suposição plausível é que isso representava uma tentativa de contornar a situação de decadência e evitar a completa queda da República

Quando questionado sobre a forma de governo mais eficaz, observada de maneira isolada, Cícero expressa seu apoio à Monarquia. No entanto, essa aprovação está condicionada à manutenção das características iniciais desse sistema. Logo, um Rei virtuoso e justo, que prioriza o bem-estar dos cidadãos como se fossem seus próprios filhos, seria a escolha mais adequada para exercer o poder, proporcionando solidez, estabilidade, justiça e igualdade dentro do Estado. “Desses três sistemas primitivos, creio que o melhor é, sem disputa, a monarquia; mas ela mesma é sempre inferior à forma política que resultaria da combinação das três”. (CÍCERO, 1985, p. 315). Além disso, é importante observar que esse modelo de governo pode se tornar extremamente perigoso caso o soberano se entregue a vícios e ambições pessoais, levando ao surgimento de um despotismo no qual o Rei cometerá injustiças contra seu próprio povo. Mesmo que Cícero afirme que a Monarquia seja a forma de governo mais eficaz, ele reforça que um sistema de governo misto continua seria a proposta mais coerente e equilibrada.

No Livro I de as *Histórias*, de Políbio, é narrada a História da 1ª e 2ª Guerras Púnicas, momento em que Roma exerceu seu domínio sobre três continentes “[...] a Segunda Guerra Púnica é instituída por Políbio como o preciso momento do qual depende toda a série de acontecimentos que configuram o processo de formação do poderio romano subsequente”(SEBASTIANI, 2005, p. 199). Há de se notar que, após a conquista da Península Itálica, Roma direcionou seus esforços para uma participação ativa na região do Mediterrâneo, que representava uma área de influência comercial de extrema importância naquele período. No entanto, a ascensão de outra grande potência, Cartago, que detinha uma posição estratégica no comércio do Mar Mediterrâneo, próximo à esfera de influência romana, gerou preocupações consideráveis. Nesse contexto, Roma iniciou uma incursão na Sicília e estabeleceu um acordo com o Rei local, consolidando uma aliança na guerra contra seu inimigo em comum, Cartago. Dessa maneira, Roma se lançou em uma série de conflitos conhecidos como Guerras Púnicas, que ocorreram nos séculos III e II a.C. Com a vitória sobre Aníbal, Roma desequilibrou o panorama de poder na região e, conseqüentemente, empreendeu novas expansões territoriais.

A força militar romana era bem disciplinada e organizada, de maneira eficiente e estratégica, poderia prever toda sorte de imprevistos. Era notável também a capacidade das forças romanas de aprender com suas derrotas e de incorporar novos métodos, inclusive adotando tecnologias inimigas quando necessário.

Além disso, as teorias do instinto social inato e da simpatia universal também eram complacentes com um sentimento da natureza e um ideal de solidariedade do gênero humano que se torna visível no apoucamento da noção de bárbaro, no tratamento mais humano dos escravos, na teoria de um império universal e benfazejo, no apreço pela constituição mista, que Políbio e Cícero dirão ter-se concretizado na constituição republicana romana. (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2015, p. 298).

4 – CIENTIFICIDADE DA HISTÓRIA

Políbio, visando a cientificidade da História, criou uma narrativa pragmática que utilizava os fatos passados como base para a construção de futuros possíveis. Considerando a relevância da narrativa histórica, esta se destaca como uma fonte crucial de orientação e reflexão, possuindo a capacidade de fornecer uma visão crítica e detalhada que pode servir como um guia para os indivíduos ao longo do tempo, especialmente para os líderes que desempenham papéis centrais nos acontecimentos históricos. Por outro lado, Marco Túlio Cícero concebia a história como uma ferramenta analítica poderosa, na qual era possível compreender o presente por meio do exame cuidadoso dos eventos e fatos históricos.

Mestra da vida, a História forneceria o conhecimento capaz de guiar a tomada de decisões e evitar as más escolhas ao prever as variações históricas. Sem a História como mecanismo de prevenção, entraria em cena a *Fortuna*, pautada principalmente na sorte, imprevisibilidade e ausência de razão. “[...] a educação e o exercício mais sadios para uma vida política ativa estão no estudo da história, e que o mais seguro e na realidade o único método de aprender a suportar altivamente as vicissitudes da sorte é recordar as calamidades alheias.” (POLÍBIOS, 1985, p. 41).

De acordo com a perspectiva de Políbio, a História não demanda, necessariamente, uma inclinação para a oratória, visto que seu propósito primordial reside na busca pela verdade e na disseminação do conhecimento àqueles que aspiram ao aprendizado. No caso de Cícero a retórica é essencial, sendo necessário adornar as narrativas históricas com eloquência. Nesse sentido, essa retórica seria usada para o bem, sendo o orador teoricamente incapaz de utilizá-la para fins maléficis. Esse argumento se baseia no fato da honestidade ser capaz de orientar as demais virtudes do homem, impedindo-o de usá-la para outro fim.

No relato da Guerra Púnica, Políbio incorre em certos exageros, tais como o elevado número de soldados e embarcações envolvidos nas batalhas e a preeminência e superioridade romana sobre as demais nações.

Os romanos, todavia, sujeitaram ao seu domínio não algumas partes do mundo, mas aproximadamente todo ele, [e possuem um império não apenas incomensuravelmente maior que qualquer outro anterior, mas sem possibilidade de comparação também com o futuro].(POLÍBIOS, 1985, p. 42).

Dessa forma, o autor constrói uma narrativa histórica universal, porém, ao mesmo tempo, com um forte viés romanocêntrico. Uma crítica pertinente a ser levantada se refere à ambiguidade do historiador, que alega buscar a imparcialidade, mas, ao mesmo tempo, não consegue manter uma total neutralidade em sua narrativa. Isso fica evidente, especialmente quando ele retrata os romanos como uma civilização mais avançada em contraste com os cartagineses, criando, assim, uma narrativa quase mítica em torno da suposta "superioridade" romana. (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2015, p. 158-159).

5 – CONCLUSÃO

A título de conclusão, a obra de Políbio é compreendida como um fundamento crucial para a Teoria da História. Sua metodologia ampliou o conceito de História na Antiguidade Clássica, enfatizando um compromisso mais rigoroso com a busca pela *verdade* histórica e o uso de documentos oficiais como fontes de pesquisa. Apesar de sua notável contribuição para o desenvolvimento da historiografia, este autor continua sendo objeto de estudos limitados e, por muito tempo, seus escritos foram relegados a um segundo plano. A obra de Políbio tem como objetivo principal narrar a ascensão de Roma aos seus conterrâneos gregos. Nesse sentido, ela busca analisar os fenômenos históricos que contribuíram para o sucesso da República Romana ao conquistar grande parte do mundo conhecido e manter seu domínio por meio de suas instituições reguladoras. Em suma, a análise das formas de governo propostas por Políbio é fundamental para compreender a eficácia da constituição romana como um elemento impulsionador das conquistas territoriais e culturais. A capacidade adaptativa e equilibrada dessa constituição favoreceu o funcionamento das instituições e a tomada de decisões que possibilitaram a vitória sobre seus

adversários, em particular, sobre Cartago nas Guerras Púnicas. Desempenhando, portanto, um papel crucial na manutenção do domínio romano a longo prazo.

6 – REFERÊNCIAS

BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de. *História de Roma Antiga Volume I: das origens à morte de César*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Sérgio. “A matriz romana”. In: *Matrizes do Republicanismo*. MG: UFMG, 2016.

CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Os Pensadores, Abril S. A. Cultural, 3. ed. São Paulo, 1985.

POLÍBIOS. *História*. Brasília: Editora UNB, 1985.

SEBASTIANI, Breno Battistin. Políbio e o Imperialismo Romano. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, São Paulo, (30), p. 197-209, jun, 2005.

SEBASTIANI, Breno Battistin. *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides*. Imprensa da Universidade de Coimbra, São Paulo: Annablume Editora, 2017.